Inclusão Escolar

A inclusão de alunos com deficiência física ou transtornos globais de desenvolvimento na rede pública ou privada continua sendo uma utopia para muitos deficientes.

A pergunta que os educadores fazem: a Escola está preparada para incluir essas crianças nas turmas regulares? De que forma estão acontecendo as formações?

É de conhecimento que as Escolas estão recebendo materiais para organizar a sala de AEE afim de atender os alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado. Não basta receber materiais técnico-pedagógicos e não ter uma formação adequada para o atendimento desta clientela. Os cursos de formação são amplos e não específicos sendo que o professor necessita realizar cursos com recurso próprio.

A inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais atinge todas as áreas da sociedade: social, cultural, educacional...Desde os primórdios da humanidade, o processo de exclusão

foi muito evidente impedindo inclusive o convívio social ficando estes deficientes enfadados ao esquecimento.

A inclusão escolar foi fortalecida a partir do documento da Declaração da Salamanca (1994) que estabeleceu direitos aos deficientes bem como as formas de colocá-los em prática. Anteriormente a isto coube aos pais e alguns educadores promover ações isoladas assim como fundar as Escolas de Educação Especial para promover um pouco de inclusão e dignidade a estes familiares e seus dependentes.

Nos dias atuais em pleno século XXI, a situação pouco mudou afinal a LDB estabelece a inclusão dos alunos com Deficiência Física ou Transtornos Globais de Desenvolvimento nas turmas de Ensino Regular. Mas de que forma isto está acontecendo? Afinal ao entrar na Escola, essas crianças terão que se habituar ao ambiente escolar bem como criar vínculos com os professores e colegas. Há uma exigência natural de reorganização no cotidiano escolar, na adequação

do currículo escolar, acompanhamento de equipe multidisciplinar com profissionais como: fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social...

Por isso cabe a todos os órgãos da sociedade desempenharem práticas efetivas que competem a cada um para então atingirmos práticas efetivas de inclusão.